

A importância da Atenção Primária à Saúde na prevenção e redução das violências

The importance of Primary Health Care in preventing and reducing violence

Leticia Gonçalves¹

A violência é um fenômeno complexo e multicausal, com importante impacto sobre a saúde das pessoas, famílias e comunidades. Apesar do seu caráter histórico, foi apenas na década de 1990 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) consolidou a violência como uma questão de saúde pública, incluída, a partir de então, na agenda de prioridades do setor. Em 1994, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) enfatizou a pressão dos impactos das violências sobre os sistemas de saúde, em função do aumento de demandas nos diferentes níveis de atenção. Nessa ocasião, a OPAS concluiu que o setor saúde é o ponto de convergência dos efeitos das violências¹. Além disso, ela combateu a naturalização do problema, assumindo a viabilidade da perspectiva preventiva, com a aplicação de esforços e abordagens adequados. Em 1997, a OMS endossou o reconhecimento da violência como um dos principais problemas que afetam a saúde pública no mundo e, em 2002, se pronunciou de forma contundente sobre o tema, a partir do diagnóstico apresentado no *World Report on Violence and Health*².

A publicação, em 2001, da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (PNRMAV) foi um importante marco no Brasil. A iniciativa visa orientar o setor saúde quanto a sua responsabilidade e estabelecer diretrizes para as intervenções. Como elementos centrais, a PNRMAV analisa a insuficiência e a baixa qualidade das informações, resultando em subnotificação; evidencia a necessidade de pesquisas que aprofundem a compreensão do fenômeno e inovem na proposição de estratégias; destaca a inserção do tema no marco da promoção da saúde; reconhece a necessidade de investimento em capacitação de profissionais; e, por fim, reafirma a importância de ações intersetoriais³.

A Atenção Primária à Saúde (APS) desempenha um papel crucial na promoção, prevenção e tratamento de diversas condições de saúde. A sua posição privilegiada de contato longitudinal com as famílias e comunidades é estratégica para a vigilância e prevenção das violências. A reorganização do modelo de atenção, mais adequado à situação epidemiológica de tripla carga de doenças, permite uma abordagem apropriada das violências, apreendendo a sua relação com o aumento das doenças crônicas e a sua interferência nas práticas assistenciais e de autocuidado. Entretanto, apesar do reconhecimento dos impactos das violências na saúde e da capacidade do setor de somar-se a esforços intersetoriais para enfrentar o problema, muitos desafios persistem. Entre os mais centrais, está a incorporação de uma

racionalidade que inclui efetivamente as violências no cotidiano das unidades de saúde, o que ainda não foi substancialmente alcançado com tentativas tradicionais de sensibilização e capacitação de gestores e profissionais de saúde.




Recentemente, em 2023, o Ministério da Saúde lançou o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça, Etnia e Valorização das Trabalhadoras no SUS, produzindo uma inflexão nas estratégias até então adotadas. Sem desconsiderar os desafios reiterados ao longo das últimas décadas, a ação redimensionou a importância da promoção de melhores condições de trabalho para a qualificação da assistência. O Programa inova ao associar as violências às iniquidades em saúde e ao reconhecer que as dimensões estruturais – tais como racismo, sexismo e capacitismo – interferem nas relações de trabalho e, conseqüentemente, na saúde. Soma-se aos benefícios diretos e necessários para as trabalhadoras, o enfrentamento do persistente problema da invisibilidade das violências, convocando, inicialmente, os serviços a intervirem internamente. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que colabora para a consolidação da PNRMAV como política transversal em saúde, sofisticando seus aspectos analíticos e interventivos.

REFERÊNCIAS

1. Organização Pan-americana de Saúde. Violência y Salud. Resolución nº XIX. Washington D.C.: Opas; 1993 [acesso em 2024 jun. 7]. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/7012/15685.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
2. World Health Organization. World report on violence and health. Geneva, 2002 [acesso em 2024 jun. 7]. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/42495/9241545615_eng.pdf?sequence=1
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências, 2001 [acesso em 2024 jun. 7]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_reducao_morbimortalidade_acidentes_2ed.pdf

Metadados		
Submissão: 27 de junho de 2024	Aprovação: 27 de junho de 2024	Publicação: 5 de julho de 2024
Como citar	Gonçalves L. A importância da Atenção Primária à Saúde na prevenção e redução das violências. Rev.APS [Internet]. 2024; 27 (único): e272445049. Disponível em:	
Cessão de Primeira Publicação à Revista de APS	Autores mantêm todos os direitos autorais sobre a publicação, sem restrições, e concedem à Revista de APS o direito de primeira publicação, com o trabalho licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC-BY), que permite o compartilhamento irrestrito do trabalho, com reconhecimento da autoria e crédito pela citação de publicação inicial nesta revista, referenciando inclusive seu DOI e/ou a página do artigo.	
Contribuições dos autores	Concepção e/ou delineamento do estudo, aquisição, análise ou interpretação dos dados, redação preliminar e revisão crítica da versão preliminar: LG. A autora aprovou a versão final e concordou com prestar contas sobre todos os aspectos do trabalho.	

i

Autoria			
Nome	Afiliação institucional	ORCID 	CV Lattes 
Leticia Gonçalves	Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	https://orcid.org/0000-0002-4935-9482	http://lattes.cnpq.br/3548357858616188
Autor correspondente	Leticia Gonçalves –  goncalves.leticia@uff.br		